



A POBREZA E AS ARMAS

Willy Brandt

O documento é uma advertência contra as conseqüências internacionais da miséria social nos países em desenvolvimento. Após dez reuniões, a "Comissão Independente sobre Questões do Desenvolvimento Internacional" apresentou seu relatório final. Raras vezes o futuro do mundo esteve tão ameaçado como hoje — escreve Willy Brandt, o presidente da Comissão. Por isso, a fé na justiça, na liberdade e na paz deve ser reforçada mediante uma conferência de cúpula sobre política de desenvolvimento, que reúna os principais chefes de Estado.

Sobre o diálogo Norte-Sul já se falou muito, e por certo houve contribuições sérias. Mas um número enorme de oportunidades foram perdidas. Os graves pontos de conflito que separam países ricos e pobres certamente não poderão ser solucionados por preconceitos, e tampouco por palavras bem intencionadas. Eles precisam ser abordados com a vontade de conseguir resultados úteis para países e para regiões, e, antes de mais, para os seres humanos em todas as partes do mundo.

As mudanças e reformas não podem completar-se como se fossem uma estrada de mão única. Elas precisam ser apoiadas pelos governos e pelos povos, tanto nos países industriais quanto nos países em desenvolvimento. Se, honestamente, queremos promover o entendimento internacional não podemos fugir de uma discussão franca. O desperdício e a corrupção, a dominação e a violência

podem infelizmente ser encontradas em muitas partes do mundo. Os trabalhos em prol de uma nova ordem internacional não podem esperar até que estes e outros males tenham sido superados. Nós todos, do Sul e do Norte, deveríamos conversar com mais freqüência sobre o abuso de poder das elites, as explosões de fanatismo, a enorme desgraça dos refugiados.

A maioria sabe que o atual sistema de instituições internacionais foi criado no fim da II Guerra Mundial, ou seja, há 35 anos atrás. E sabe também que o Sul — aquelas nações que em sua maioria só apareceram tarde no cenário internacional — é confrontado com numerosas desvantagens que precisam de uma correção fundamental. Daí se explica a exigência de uma nova ordem econômica internacional. É claro que uma mudança fundamental não ocorre no papel, mas na forma de um processo histórico que, em certo sentido, reflete o que se passa

na mente dos indivíduos ou nela está sendo concebido.

Um melhor conhecimento dos processos internacionais — e principalmente das questões Norte-Sul — ampliará a nossa visão e fará da participação no destino de outros povos algo que importa a nós mesmos. A Comissão julga que as escolas em todas as partes do mundo deveriam dar mais atenção e conceder maior importância aos problemas internacionais, para que os jovens possam perceber com maior clareza os perigos que os ameaçam.

Há o perigo de que no ano 2000 uma grande parte da população mundial continue vivendo na pobreza. É possível que ocorra uma super-população no mundo e não há dúvida que teremos que enfrentar um excesso de urbanização. Catástrofes de fome e perigos des-

truidores se tornarão cada vez mais prováveis, se é que uma nova grande guerra não tenha destruído já as bases daquilo a que chamamos de civilização mundial. Estamos convencidos de que as presentes dificuldades são de natureza mais séria que recessões e crises econômicas anteriores. Imaginar que os atuais problemas poderão ser controlados com os meios convencionais de décadas passadas seria perigoso e desonesto.

Muitos dos que têm responsabilidades de governo, mas também outros, poderão pensar que este é o momento mais inoportuno para colocar em discussão reformas radicais. Muitos indagarão: como se pode esperar que os países industriais, tão atarefados com seus próprios problemas, venham a dar passos amplos e corajosos no sentido de ampliar, de maneira significativa, a cooperação com o mundo dos países em desenvolvimen-

Exportação de armas para o Terceiro Mundo

70 % de todos os armamentos exportados vão para países em desenvolvimento



(em bilhões de marcos)



DIF. ZEIT/Edelmann

o? Mas a nossa convicção é que precisamente nesses tempos de crise é preciso reconhecer os problemas fundamentais do mundo e tomar iniciativas corajosas.

Pode-se dizer sem exagero que rara vez o futuro do mundo pareceu tão em perigo. Por outro lado, seria enganoso supor que todos os problemas do mundo podem ser reduzidos ao conflito Norte-Sul.

Nosso mundo tem uma variedade muito maior de aspectos e, além do mais, o desenvolvimento internacional sem dúvida não é apenas um processo econômico. Como observou um membro da Comissão ao final de nossas conversações: as gerações futuras em todo o mundo precisam não apenas de soluções econômicas. Elas precisam ademais de novas idéias para inspirá-las, esperanças para animá-las, e os primeiros passos para concretizar as idéias e esperanças. O que é preciso é uma nova fé na humanidade, na dignidade dos homens e nos seus direitos fundamentais; uma crença nos valores de justiça, liberdade, paz, respeito mútuo, no amor e na generosidade, na razão em lugar da violência.

Enquanto continua o combate por novas estruturas nas relações internacionais, começa-se também a levar mais a sério considerações não econômicas: fatores religiosos e étnicos, questões de educação e de opinião pública. A paz é a meta de todas as religiões, credos e posições filosóficas. É o grande desejo de todas as raças, nações e visões do mundo. Será impossível canalizar daí uma paixão comum pela paz que se transforme no incentivo emocional e moral para as tarefas cuja importância estamos indicando? Também aqui devemos evitar ilusões. Paz, reconciliação e outros valores comuns não se desenvolvem automaticamente.

Parece ser tarefa permanente da humanidade conseguir ordem a partir de contradições. Os esforços que visam reordenar as relações internacionais são apoiados sempre que se baseiam em concepções de valor semelhantes. Os impulsos que partem das igrejas, das ciências da religião ou do humanismo podem reforçar a solidariedade internacional e assim contribuir para solucionar os problemas Norte-Sul.

As guerras, em geral, são ainda consideradas como conflito e destruição de tipo militar. Mas estende-se cada vez mais a impressão de que o caos pode representar uma fonte de perigo semelhante — seja como resultado de multidões à míngua, bancarrotas econômicas, catástrofes ecológicas, ou também do terrorismo. Enfrentamos, portanto, não apenas o desafio de atenuar as causas até certo ponto clássicas de perturbação da paz, mas precisamos também conseguir ordem a partir do caos.

Temos diante e em torno de nós um mundo com enormes extensões em que dominam a pobreza e a fome; um mundo em que as matérias-primas são desperdiçadas sem considerar se elas se "reproduzem"; em que, mais do que nunca, se produzem e se vendem armas; em que se acumulou uma força de destruição que é suficiente para fazer explodir várias vezes o nosso planeta.

As interrelações entre armamentismo e desenvolvimento ainda são em grande parte obscuras. Só aos poucos as pessoas se vão apercebendo das perspectivas que seriam abertas se conseguíssemos orientar para tarefas produtivas do desenvolvimento ainda que apenas uma parte das despesas improdutivas para armamentos. As despesas anuais com armamentos alcançam a soma de mais de dois bilhões de marcos por dia, enquanto as despesas

com a ajuda estatal ao desenvolvimento perfazem menos de 5% daqueles gastos. Eis quatro exemplos:

— Os gastos militares de apenas metade de um dia dariam para financiar todo o programa da Organização Mundial da Saúde para eliminação da malária. Precisaríamos de menos ainda para vencer a cegueira por infecções, que continua sendo um flagelo para milhões de pessoas.

— Um tanque moderno custa cerca de um milhão de dólares. Com esse dinheiro poderíamos melhorar os armazéns para estocar 100.000 toneladas de arroz, que acabaria com o desperdício anual de 4.000 toneladas ou mais. (Uma pessoa pode subsistir com meio quilo de arroz por dia.) Com o mesmo montante poderíamos construir 1.000 salas de aula para 30.000 escolares.

— Pelo preço de um único avião de combate (20 milhões de dólares) poderíamos instalar cerca de 40.000 farmácias de aldeia.

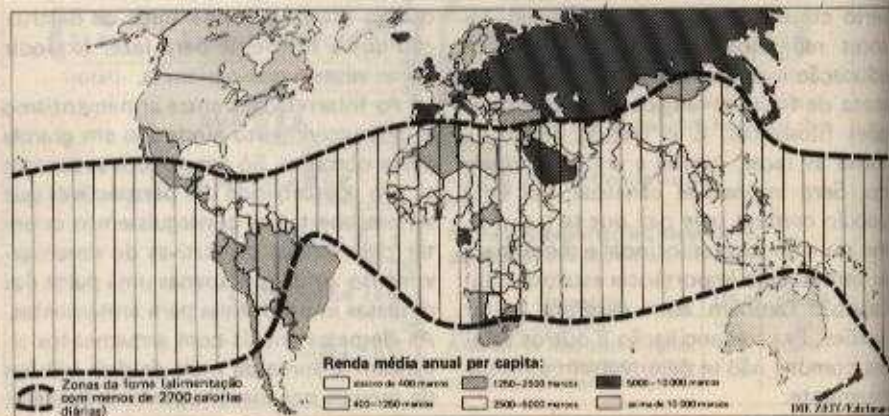
— Com um por cento das despesas anuais do armamentismo poderíamos adquirir toda a maquinaria agrícola necessária para melhorar até 1990 a produ-

ção agrícola nos países pobres com déficit alimentar e até para alcançar o autoabastecimento alimentar nesses países.

Podemos falar de uma "Nova Ordem Econômica Internacional" sem ligar a ela progressos essenciais no caminho do desarmamento?

Sob o pano de fundo de blocos militares fortemente armados, prevaleceu nos últimos trinta anos "paz" no hemisfério Norte, enquanto o hemisfério Sul teve que suportar explosões de violência e confrontos militares. Muitos países do Terceiro Mundo aumentaram consideravelmente seus arsenais de armamento — em alguns casos para atender aos seus legítimos ou compreensíveis interesses de segurança, mas às vezes também por razões de prestígio ou por terem sido induzidos por países produtores de armas. O negócio das armas mostrou-se enormemente lucrativo, tanto para antigos, quanto para novos fornecedores que, em conjunto, espalharam pelo globo um potencial de destruição quase inimaginável.

Quando as chamadas grandes potências, sobretudo as potências nucleares, se envolvem em conflitos em outras re-



giões do mundo, é evidente o risco da escalada. Concordamos com aqueles que advertem contra o intervencionismo — seja de que lado for. Problemas de energia e de matérias-primas não permitem solução militar.

Deveríamos tomar as relações Norte-Sul pelo que de fato são, ou seja, uma nova dimensão histórica para a garantia ativa da paz. Ao invés disso, observamos como as tensões entre o Norte e o Sul agudizam as contradições entre Leste e Oeste. E ninguém pode ignorar com que facilidade países do Terceiro Mundo se tornam fontes de conflito entre as potências mundiais.

Essas tensões não só ameaçam a paz, mas perturbam o desenvolvimento de relações econômicas adequadas e tornam quase impossível o crescimento econômico. Este é um dos motivos pelos quais perguntamos: quando, finalmente, os países produtores de armamentos estarão dispostos — no âmbito das Nações Unidas ou em negociações diretas entre si — a concordar com determinadas regras de comportamento? Estas poderiam ir desde a revelação do que é exportado, sejam armas ou instalações correspondentes, até acordos não-discriminatórios, pelos quais se excluiriam certas armas das exportações ou se impediria o fornecimento de armas a certas regiões.

A paz pode ser fortalecida, na medida em que promovermos uma cooperação sistemática com objetivos claramente delimitados, na medida em que controlarmos e reduzirmos o armamentismo e nos livrarmos do peso morto ideológico. É preciso esclarecer perante todos a interdependência entre questões do desarmamento e do desenvolvimento.

Vencer a fome e a miséria quando nos encaminhamos para o próximo século é uma questão humanitária: deste

modo refutaríamos os futurólogos que nos dizem que também ao passar ao século XXI teremos que nos conformar com a necessidade de centenas de milhões de pessoas ameaçadas de morrer de fome ou sofrer doenças que poderiam ser evitadas.

O organismo de ajuda à infância das Nações Unidas (UNICEF) calculou que, só em 1973, morreram de fome mais de 12 milhões de crianças de menos de cinco anos de idade.

A história nos ensinou que as guerras trazem a fome, mas estamos menos conscientes de que a pobreza em massa, por sua vez, pode levar à guerra ou terminar em caos. Onde há fome não pode haver paz. Quem quer prescrever a guerra, precisa eliminar também a pobreza em massa. Nunca a humanidade dispôs de tantos recursos técnicos e financeiros para vencer a fome e a pobreza.

A saúde é parte inseparável da qualidade da vida. E saúde, por sua vez, depende de nutrição suficiente e de um meio-ambiente sadio. São igualmente necessários mais pesquisas e recursos a fim de combater as doenças existentes nos países pobres. Serviços médicos, desenvolvimento social e progresso econômico precisam ser vistos e implementados em sua dependência recíproca, se é que pretendemos atingir nossas metas para o ano 2000.

Também o analfabetismo representa um enorme desperdício de capacidade humana. A educação — que é mais do que ensinar a ler e escrever — desperta a consciência e permite às pessoas participar de maneira mais eficaz na vida da comunidade. Assim, também ela é uma precondição para a luta contra a fome e a doença.

Gostaríamos de frisar que as necessidades básicas humanas só podem ser

atendidas pela força criadora de uma sociedade que tenha como objetivo esse atendimento. Para os países em desenvolvimento, sobretudo para os mais pobres dentre eles, isto só é possível se lhes forem dadas condições de ampliar e desenvolver suas próprias forças criadoras. Em nosso relatório sugerimos que esses esforços deveriam abranger as áreas de saúde, reflorestamento, projetos de bacias fluviais, desenvolvimento energético e exploração de jazidas minerais.

Sempre haverá campo para ajuda humanitária, creio que até mesmo no melhor dos regimes sociais — tanto mais em um mundo que precisa atender a necessidades tão imensas. Mas o debate internacional sobre desenvolvimento no início dos anos oitenta não se refere apenas, ou em primeiro lugar, a "apoio" e "ajuda", mas sim a novas estruturas. O que hoje está na ordem do dia é um reordenamento das relações internacionais, a construção de uma nova ordem e de uma nova maneira de abordar globalmente os problemas do desenvolvimento.

Tal processo de reestruturação e renovação tem que basear-se no princípio de igualdade de direitos e oportunidades. Ele deveria favorecer soluções de compromisso leais, para afastar injustiças gritantes, reduzir atritos inúteis e promover o bem-estar comum dos povos.

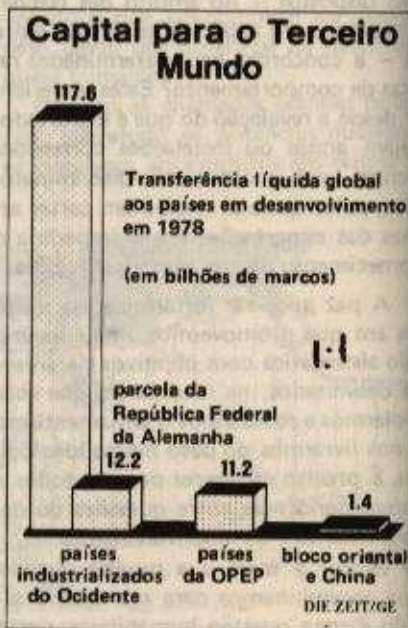
O direito de participar nos processos de decisão é essencial, se esperamos que os países em desenvolvimento se disponham a assumir uma parte razoável da responsabilidade em matéria de política e economia internacional.

Em busca da nova ordem internacional não devemos esquecer uma das trágicas conseqüências dos permanentes conflitos e tensões: os milhões de refugia-

dos, cujas vidas foram desenraizadas e que, com freqüência, estão expostos a uma situação desesperada. Para expressá-lo de maneira talvez pouco diplomática: desde os campos de extermínio na Europa e a bomba de Hiroshima, nunca mais a humanidade foi tão bem degradada quanto agora na Indochina e sobretudo no Cambodja.

O conjunto da comunidade internacional de Estados precisa assumir a responsabilidade pelas condições de existência daqueles que são vítimas de intolerância e brutalidade. A carga daqueles países que estão na vizinhança imediata de um regime que provoca um êxodo de refugiados deveria ser aliviada, no espírito da solidariedade, pelos países que se encontram em melhores condições.

Queiramos ou não, enfrentamos cada vez mais problemas que importam à humanidade em seu conjunto; por conse-



guinte, também as soluções para estes têm que ser internacionalizadas de forma crescente. A globalização dos perigos e desafios — guerra, caos, autodestruição — exige uma espécie de "política interna mundial", cujo horizonte vai muito além das torres das igrejas e também das fronteiras nacionais. Até agora ela tem sido feita em ritmo de caranguejo. Predomina amplamente um pragmatismo defensivo, e isto em uma época em que os verdadeiros interesses da humanidade exigem novas perspectivas e uma liderança perspicaz. Aquilo a que chamamos "comunidade internacional" ainda está muito distante do cotidiano das pessoas simples; e a recíproca é verdadeira.

Aumenta a extensão dos problemas que os países têm que resolver independentemente de seu regime político. Poderíamos falar de problemas acima dos sistemas: da energia à ecologia, dos limites ao armamentismo à transferência de postos de trabalho, da microeletrônica às novas opções científicas que apenas se entrevêm. Em toda parte há pessoas que reconhecem que o globo inteiro está sendo atingido em ritmo assustador pelos mesmos problemas de escassez de energia, de urbanização com poluição, de uma tecnologia cada vez mais moderna e complicada, em que valores humanos não são levados em conta e que os homens não mais conseguem controlar plenamente.

No setor mais importante, o do consumo de combustível, a humanidade continua se comportando como se todas essas matérias-primas, até agora mais que desperdiçadas, fossem renováveis.

As reservas de petróleo de nosso planeta foram acumuladas em um longo processo de milhões de anos, e agora são "lançadas pelas chaminés" em poucas gerações. Será que de fato queremos

deixar às gerações vindouras um planeta destruído — com desertos em expansão, a terra saqueada, a paisagem destruída, o ambiente poluído?

O interesse em manter a paz ou em acabar com a fome dispensa maiores argumentações. Mas o interesse na sobrevivência comum *precisa* ser ligado às questões transcendentais da energia e da poluição, e ao risco de autodestruição.

A médio e longo prazo, o Norte e o Sul têm mais interesses comuns do que até agora tem sido reconhecido. Não é difícil descobrir os interesses comuns no campo da energia, das matérias-primas e do comércio, da nutrição e da agricultura, nos problemas cambiais e de controle da inflação, no financiamento de projetos e programas, de inovação tecnológica, nos problemas de comunicação terrestre e espacial.

A exploração de matérias-primas renováveis e, sobretudo, não-renováveis, levada a cabo em todos os países, a poluição, o saqueio dos mares, sem falar na corrida armamentista desenfreada que não só imobiliza recursos como ameaça a humanidade — tudo isso cria problemas que afetam a paz e que se tornam tanto mais perigosos por faltar uma visão global.

Talvez se possa esclarecer parte do que hoje ocorre através de uma visão retrospectiva do desenvolvimento pelo qual passaram no século XIX e início do século XX alguns dos atuais países industriais. Foi necessário um longo e trabalhoso processo de aprendizado até que se conseguisse impor a idéia de que maiores salários para os trabalhadores aumentam o poder de compra global de modo a fazer crescer a economia nacional. Os países industriais, hoje têm de estar interessados na ampliação dos mercados nos países em desenvolvimento.

Isso terá uma influência decisiva sobre o emprego nos anos oitenta e noventa e, em geral, sobre as possibilidades futuras de emprego.

Quem reivindica maior parcela do "bolo" econômico não pode seriamente pretender que o bolo se torne menor. Os países em desenvolvimento não podem estar desinteressados do bem-estar econômico dos países industriais, pois deste depende não só a sua disposição de importar, como sua boa-vontade em colaborar para uma transferência construtiva de recursos.

Um abastecimento constante e seguro de matérias-primas só poderá ser alcançado se os países em desenvolvimento estiverem em condições de decidir livremente e sem quaisquer pressões, e se preços estáveis e justos, além de melhores oportunidades de elaborar por si mesmo as matérias-primas, fizerem com que eles tenham interesse em prosseguir o abastecimento. Isto se inclui na interpretação da "comunidade de interesses".

Países emergentes não são intrujões

Deve ser refutado com insistência o ponto de vista de que "newcomers" do Terceiro Mundo, com capacidade de concorrer, devem ser encarados como intrusos ou "oponentes do sistema". Ao denominá-los "países à soleira do desenvolvimento" ou "novos países industriais" não se deve supor, ao mesmo tempo, que os países industriais mais antigos tenham direitos de prioridade. Os povos nos países industriais têm que reconhecer — e mais rápida e amplamente do que até agora — que é impossível cimentar a "divisão de trabalho" desenvolvida na época do colonialismo. As inter-relações entre exportação e importação vão se tornar mais estreitas do que

em geral se admite. Só quando o Norte ampliar o acesso a seus mercados poderá ter esperança de exportar mais no futuro.

Os créditos para o financiamento só farão aumentar o endividamento do Terceiro Mundo se com eles ali se construir indústrias, mas não se criarem, ao mesmo tempo, as condições econômicas que permitam saldar as dívidas. Por outro lado, não se deve atribuir tudo às relações Norte-Sul. A cooperação *entre* países em desenvolvimento vai adquirir maior significado: neste campo, existe grande potencial de relações econômicas especiais, troca de "know-how" e redução das dependências.

Estamos convencidos de que devemos nos preparar para que a ajuda — sobretudo a destinada aos países em desenvolvimento mais atingidos — se dê até certo ponto automaticamente e com certo grau de previsibilidade; assim, ela deveria ser desligada dos orçamentos nacionais e das normas que lhes são próprias. É o caso de se discutirem possíveis formas de contribuições internacionais regulares.

Por que não seria realista pensar na criação de contribuições e impostos, de uma forma adequada e segundo uma escala que leve em conta a capacidade de cada país? Poder-se-ia imaginar até um imposto mínimo sobre o comércio internacional, ou um imposto maior sobre as exportações de armas. Receitas adicionais poderiam provir, por exemplo, das propriedades comuns internacionais, como as riquezas do fundo do mar. São necessárias idéias novas, para superar as insuficiências do atual sistema de ajuda ao desenvolvimento e abrir oportunidades de uma distribuição universal e coletiva dos encargos.

Pode-se alegar que é difícil imaginar impostos internacionais sem um governo internacional. De fato, acreditamos que certos elementos do que se poderia chamar de um "governo internacional" seriam oportunos desde já, em benefício tanto dos interesses globais como dos nacionais. E imaginamos que até o fim deste século o mundo não poderá funcionar sem um mínimo de impostos internacionais viáveis — e sem um processo de decisão que vá um bom pedaço além dos atuais procedimentos. A sobrevivência da humanidade em justiça e dignidade tornará necessário abrir novos caminhos com novos métodos.

Economia mundial mais forte é boa para todos

Todos os países terão vantagem em uma economia mundial mais forte, com a contenção da inflação e um melhor clima de crescimento e investimentos. Todos se beneficiariam de maiores cuidados com as matérias-primas não renováveis, e uma estabilização da população mundial conviria a todos. Todos os países — seja industriais ou em desenvolvimento, seja de economia de mercado ou de economia planejada — têm um interesse evidente em maior segurança e em melhor capacidade política e liderança para abordar os problemas globais. Mas não se pode esperar que uma nova visão do futuro signifique o fim das duras negociações.

Nos últimos anos tornou-se claro para os peritos e observadores internacionais que as estratégias de desenvolvimento, até agora orientadas basicamente para uma expansão da produção, precisam ser modificadas e completadas — aliás, com vista a uma distribuição de renda mais justa. Nesse sentido, é preciso considerar especialmente as necessidades bá-

sicas das camadas mais pobres e a criação de empregos. Por certo não faz sentido impor aos países em desenvolvimento processos produtivos que, em grande parte, deixam sem usar a mão-de-obra abundante.

Tais estratégias dificilmente frutificarão no Terceiro Mundo enquanto os países industriais cultivarem ideais predominantemente materialistas, baseados na crença de que o produto nacional bruto e aquilo que se considera como padrão de vida crescerão automaticamente. A expectativa de que um crescimento econômico mais rápido em países em desenvolvimento beneficiaria, por si mesmo, às amplas massas não se concretizou.

Partimos do ponto de vista de que todas as culturas merecem por igual respeito, proteção e promoção. Quanto mais entendermos o processo de modernização como essencialmente técnico, tanto mais importante se torna manter a identidade cultural e a independência.

Não deveríamos ignorar os perigos de um "imperialismo cultural". A solidariedade entre as nações tem que se basear no reconhecimento recíproco de valores. Mesmo assim, é possível que uma civilização mundial baseada na tecnologia exija uma certa atitude comum para com a sociedade e o trabalho. Dificilmente se alcançarão melhores condições de vida sem um sentido de responsabilidade pelo destino do próximo e sem um desejo de trabalho humano.

Progresso nas negociações só com diálogo sincero

O que deverá acontecer no campo das negociações internacionais? Com muita frequência as discussões se travaram como num "diálogo de surdos". O ar está denso de argumentos que são meros pretextos para desculpar o fato de

não se fazer nada. Isso se aplica a todas as partes envolvidas. Tornou-se comum dar boas notas a si mesmo e apontar apenas erros nos demais. O que daí resulta é paralisia e frustração.

Em nossa opinião, há boas razões para propor um encontro internacional Norte-Sul do mais alto nível que — depois de cuidadosos preparativos — deveria dar-se tão cedo quanto possível. Tal encontro deveria tratar algumas questões Norte-Sul particularmente urgentes e, se possível, trazer um acordo sobre como tratar determinados interesses comuns em parceria criadora, da forma mais concreta possível.

Uma conferência de cúpula poderia ser uma contribuição importante aos esforços da comunidade internacional no sentido de solucionar, ao menos, os problemas mais urgentes. Isto deveria incluir uma responsabilidade comum nos setores de energia e matérias-primas, finanças e emprego, mas deveria estender-se também a um programa mundial para eliminar as piores situações de fome e desnutrição a caminho do ano 2000.

Tal encontro deveria ser organizado em estreita ligação com as Nações Unidas, mas dele deveria participar apenas um número limitado de chefes de governo e de Estado. Depois de consultas prévias, ele deveria refletir agrupamentos regionais ou outros de importância, a fim de permitir uma troca significativa de opiniões entre um grupo de responsáveis governamentais, em dimensões que ainda permitam um trabalho eficaz (a portas fechadas e de preferência com um consultor de cada vez).

A ordem do dia para a conferência de cúpula internacional teria que incluir aqueles temas que, no mais amplo sentido, reflitam interesses comuns; o inte-

resse comum na paz, no equilíbrio e na criação de empregos.

Finalmente, gostaria de dirigir-me aqui com toda franqueza aos dirigentes em uma série de países e grupos de países. Antes de mais nada às Nações Unidas. Não creio que o povo americano possa ser indiferente à pobreza e à fome, onde quer que se depare. Organizações americanas mostraram na prática, que são engajadas e dispostas a ajudar. Mas os Estados Unidos, que lideraram nesse campo nos anos sessenta, esmoreceram consideravelmente em seus esforços. Comparada a seu produto nacional bruto, a ajuda ao exterior caiu muito. Compreendo muitos dos motivos do declínio da disposição norte-americana, mas apesar disso espero que eles não reflitam fatos inalteráveis na vida política dos Estados Unidos.

A União Soviética, no decurso de poucas gerações, muito fez para eliminar a pobreza dentro de suas próprias fronteiras. Mas os países do Leste mostraram pouca disposição de assumir mais co-responsabilidade pelos países pobres. É verdade que dirigentes da União Soviética e de outros países do Leste europeu me garantiram que acompanham com grande seriedade os problemas comuns da humanidade. Certamente existe a capacidade de analisar os problemas, e existe também a consciência de que as relações mútuas — para usar uma outra palavra para dependência — vão continuar aumentando no futuro.

Na parte do mundo à qual pertencemos encontramos uma grande amplitude de abordagens das questões do desenvolvimento internacional. Alguns dos pequenos países na Europa Ocidental e do Norte foram movidos, pela enormidade das necessidades mundiais, a uma reação generosa e progressista. Outros foram

mais reservados: não se mostraram especialmente generosos em sua cooperação econômica e resistiram às sugestões de reforma da economia mundial.

O Japão tem especial capacidade de entender os problemas do desenvolvimento, já que avançou tão rapidamente para a posição de uma das principais nações industriais. Muitos de nós estamos impressionados com a política japonesa de planejamento prospectivo e de adaptações estruturais ativas. Julgo que outros países poderiam aprender dessa experiência.

Junto com meus colegas de Comissão estou convencido de que os povos deste mundo não só precisam, mas podem viver em paz em conjunto. A tarefa é livrar a humanidade da dependência e da opressão, da fome e da necessidade. Novos elos têm que ser criados, que melho-

rem para todos as perspectivas de paz, justiça e solidariedade.

O futuro é um assunto para cada um de nós

A feição que terá o futuro de todos nós é importante demais para ser deixada apenas aos governos e aos peritos. Daí nosso apelo aos jovens, ao movimento feminista e aos sindicatos, aos políticos, intelectuais e dirigentes religiosos, aos cientistas e educadores, aos técnicos e empresários, aos que estão na agricultura assim como no mundo dos negócios. Que todos tentem compreender e ordenar sua situação segundo aquilo que é necessário à luz desses novos desafios.

(Extraído de DIE ZEIT de 15.2.1980)